



JULGAMENTO HABILITAÇÃO



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal: 380 – CEP: 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Atendimento: 0800 602-2324
CNPJ44.239.770/0001-67 – I.E.: Isento
www.daaearaquara.com.br



**Ref.: Tomada de Preços nº 015/2023 –
Processo DAAE nº 3.335 de
28/11/2023**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada nos próprios do DAAE (Captação Anhumas I e Estação Elevatória de Água Anhumas II), por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

Ger. Requisitante: Administração

Valor Estimado: R\$ 631.578,36
(Seiscentos e Trinta e Um mil e Quinhentos e Setenta e Oito Reais e Trinta e Seis Centavos)

A Procuradoria

Vimos pelo presente, remeter o presente expediente para análise e emissão de parecer referente às razões recursais interpostas pela licitante E.F.P. SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME – CNPJ: 15.414.463/0001-77, sob protocolo nº 3.605 de 22/11/2023 (fls. 239/259).

Colocamo-nos a disposição

para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessária.

Atenciosamente

Andrews Wesley de Oliveira
Andrews Wesley de Oliveira
Unidade de Compras e Licitações
Coordenador - Matr. 1470
11/01/2024

A Gerência Suplementos.

De acordo com parecer jurídico anexo.

Ada Maria M. Salimazo
ADA MARIA M. SALIMAZO
Diretoria de Gestão,
Finanças e Tecnologia
DAAE - Araraquara

Delorges Mano
Delorges Mano
Superintendente

ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO DAAE DE ARARAQUARA/SP



Proc. Daae nº 3.335/2023 (Tomada de Preços nº 015/23 – processo principal)

Proc. Daae nº 3.605/2023 (Recurso administrativo de E.F.P. SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME)

Objeto: Prestação de serviço de vigilância armada nos próprios do DAAE.

1. Cuida-se de recurso administrativo interposto pela empresa E.F.P. SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, ora recorrente, contra a r. decisão de inabilitação exarada pela Comissão Permanente Julgadora de Licitações da autarquia, por entender que falta guia Gestão Eletrônica de Segurança Privada (GESP).

2. A recorrente E.F.P. SEGURANÇA PRIVADA, em suas razões recursais, alega, em apertada síntese, confirmar que não apresentou o documento do GESP por impossibilidade física, em razão sítio eletrônico da Polícia Federal estar em indisponibilidade por tempo indeterminado. No entanto, alega possuir alvará de funcionamento da empresa válido até o mês de abril de 2024. No mais, ressalta estar em conformidade com os demais requisitos de licenciamento relativo a atividade de segurança, tais como, alvará de autorização e revisão da autorização de funcionamento, e regularidade cadastral junto aos órgãos competentes. De modo que, requer seja anulado a decisão de inabilitação.

3. Eis o que foi processado até o momento.

4. De início, o recurso oferecido é admissível de ser admitido, pois é cabível, legítimo, tempestivo, formalmente regular e há interesse jurídico a ser defendido.

5. Quanto a questão de mérito, conforme restará amplamente demonstrado no final, o recurso ofertado não merece provimento.

6. O processo de licitação, como atividade administrativa, é norteada por alguns princípios, seja de ordem constitucional, seja de ordem infraconstitucional. Em âmbito específico da seara licitatória, a norma de regência dita que a licitação deve ser observada em conformidade da vinculação ao instrumento convocatório.

Art. 3º **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será **processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da**



igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (grifei)

7 - Pois bem, o ato convocatório exigiu do licitante, para participar da disputa, a *“Autorização para funcionamento unificada com o certificado de segurança, emitida pelo sistema CESP do Departamento de Polícia Federal, com validade na data de apresentação (art. 14, m I, da Lei Federal nº 7102/83 e art. 4º da portaria MJ/DPF nº 3233/12)”*¹.

8 - Para a situação, o documento é essencial e condiciona o devido exercício da atividade de vigilância patrimonial. O não preenchimento dessas condições pela empresa de vigilância, inviabiliza o seu regular funcionamento.

9 - Nas próprias razões recursais, o recorrente confirma que não juntou tal documento no envelope de habilitação. Argumenta que deixou o documento de autorização de funcionamento, em razão da indisponibilidade do sistema na Polícia Federal (fls. 251).

10 - A justificativa não pode prosperar. Com efeito, a lei de licitações vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta². No caso não cabe qualquer diligência a ser exercida pela Comissão, haja vista a ausência de documento essencial para participação na competição pública.

11 - Para a doutrina, “Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a modelos norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança, os atos a serem praticados e as regras que os regerão” (Justen Filho, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. P. 73).

12 – O objetivo do procedimento licitatório é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes.

13 – Em homenagem a tais princípios, caberia ao recorrente a juntada do documento de autorização de funcionamento (GESP) por ocasião da emissão do envelope de habilitação. A fase de habilitação é o momento procedimental ideal para verificar a aptidão dos licitantes para celebração do futuro contrato.

¹ Item 4.9.1 (fls. 07)

² Art. 43, § 3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta** (grifei).

14 - Desse modo, não houve a entrega tempestiva de documento considerado essencial para a habilitação e a participação na competição, de modo a demonstrar a capacidade jurídica da empresa recorrente.

15 - Isso posto, pelas razões acima expostas e por tudo mais que consta dos autos do processo licitatório em tela, opina-se pelo recebimento do recurso administrativo interposto e, no mérito, pelo seu não provimento, devendo o certame, portanto, prosseguir em seus ulteriores termos.

16 - É o parecer.

Araraquara/SP, 16 de janeiro de 2024.



Maycon Eduardo Roger
Procuradoria Geral do DAAE